

TRADUÇÃO, PÓS-ESTRUTURALISMO E INTERPRETAÇÃO

Maria Paula Frota
PUC-Rio

A morte da interpretação é o crer que há símbolos que existem primariamente, originalmente, realmente, como marcas coerentes, pertinentes e sistemáticas.

A vida da interpretação, pelo contrário, é o crer que não há mais do que interpretações.

(Michel Foucault,
"Nietzsche, Freud e Marx", trad. de J. L. Barreto)

O MODO COMO O PÓS-ESTRUTURALISMO CONCEBE a *interpretação* precisa, a meu ver, voltar a ser tematizado e não apenas tomado como premissa já estabelecida de uma nova visão da atividade tradutora. Essa necessidade surge do impacto profundamente subversor de tal concepção em face da visão ainda hegemônica da tradução, na qual fomos quase todos formados. Cabe questionar em minúcia os modelos e pressupostos que regeram essa formação, para que consigamos instituir não um novo paradigma, mas novas formas de abordar o ato tradutório e, necessariamente, o sujeito, a realidade, a linguagem. O êxito de tal empreendimento, o qual implicará a valorização do trabalho tradutor, exige então grande fôlego, consideradas a amplitude das questões que procuramos pensar e a resistência da tradição a que queremos nos contrapor. Diante desse interesse, retomo a reflexão sobre a noção de *interpretar*, pedra angular de nossa concepção pós-moderna do traduzir.

Um ponto de partida possível é a investigação acerca do próprio termo *interpretar*, o que nos proporciona uma identificação interessante entre o nosso objeto e o falar “sobre” ele. Um recorte em que caberia essa discussão “metalingüística” é aquele em que, quando de nosso confronto com as posturas tradicionais, opomos à visão essencialista do significado e do mundo a condição necessariamente interpretativa de ambos. Ao qualificarmos assim a única possibilidade de significação, a única possibilidade de existência das coisas no mundo ou da percepção que delas temos, com freqüência acreditamos estar reportando, forçosamente, à idéia de *atribuição* de significados ou de predicados, por um sujeito-intérprete, a determinado texto, objeto ou fenômeno. Por várias vezes escrevi ou disse a meus alunos: traduzir é interpretar. Através dessa afirmação, eu acreditava estar dizendo, sem sombra de ambigüidade: traduzir não é descobrir e reproduzir significados já dados. Eu acreditava estar-me diferenciando, explicitamente, da crença na existência de um significado em-si, transcendental à história dos homens, de suas instituições, de sua linguagem e de seus desejos. O caráter paradoxal dessa convicção é claro: eu interpretava *interpretar* exatamente da maneira criticada, a qual contraria a própria noção de *interpretação* com que se compromete o pós-estruturalismo. Ou seja, era vista como universal, inerente ao gesto interpretante ou à palavra *interpretar* a idéia de *atribuição* de significado, a qual, de fato, é compartilhada por apenas um grupo.

Um outro espaço de aprofundamento e difusão do pensamento pós-moderno, a partir da questão político-terminológica, pode ser aberto quando criticamos a dicotomia *compreender / interpretar*, procurando mostrar a insustentabilidade do primeiro termo, que em geral implica a apreensão neutra da coisa em sua essência (Arrojo, Rajagopalan *et al.*, 1989). Como veremos, esses termos são, *oficialmente*, muito mais sinônimos do que dicotômicos, o que nos recomendaria, antes de entrar na discussão propriamente dita sobre a dicotomia, um recuo que possibilitasse contextualizá-la na história (interpretativa) dos conceitos que envolve.

O princípio norteador da confecção de dicionários — fixar o variável e, mais que isso, impor a *todos* os falantes de “uma” língua determinada definição que *alguns* deles, de algum modo e por algum motivo, estabeleceram como lei (Mey, 1987:294-5) — constitui

um campo de conscientização e de transformação dos mais importantes para uma proposta pós-estruturalista na área da tradução. Sacralizadas, as definições presentes nos dicionários não existem por si só, mas são imposições ideológicas. A consciência do jogo de forças políticas no uso da linguagem é condição fundamental para a difusão ou mesmo institucionalização de novos sentidos, novas concepções conceituais e teóricas, novas ou, ao menos, mais diversificadas entradas e verbetes.

Uma investigação detida dos verbetes de *interpretar* e termos correlativos (*interpretação, interpretador, interpretante, interpretativo, interpretável e intérprete*) no *Novo dicionário Aurélio* da língua por-tuguesa (2ª. ed.) me fez ver que a acepção em que vimos empregando *interpretar* não só não é a única ou a primeira dentre as *oficiais*, como sequer figura nos verbetes examinados. As seis acepções de *interpretar* registradas dizem assim:

1. “Ajuizar a intenção, o sentido de.”
2. “Explicar, explanar ou aclarar o sentido de (palavra, texto, lei, etc.).”
3. “Tirar de (sonho, visão, etc.) indução ou presságio.”
4. “Traduzir ou verter de língua estrangeira ou antiga.”
5. “Representar (3) (no teatro, cinema, televisão, etc.).”
6. “Julgar, considerar, reputar.”

Recorri também a um dicionário de língua inglesa (*The Random House Dictionary of the English Language*), onde *interpretation* é definida como “an elucidation; an explanation of the meaning of another’s artistic or creative work”, e exemplificada como *This writer’s work demands interpretation. Interpret*, por sua vez, recebe definições como: “to set forth the meaning of; explain; explicate; elucidate: to interpret the hidden meaning of a parable; to bring out the meaning of (...)”.

Traduzo essas definições — com base também nos demais verbetes consultados, aí incluídos os de termos que constam das definições (*ajuizar, explicar, etc.*) — em um *continuum* que encerraria como que etapas autorizadas e suficientes do gesto interpretante: *compreender, descrever, explicar e julgar*. Assim, teríamos um primeiro momento na interpretação em que “o” significado do texto e “a” in-

tenção do autor seriam “extraídos”, “trazidos à luz”, “compreendidos”; a seguir, eles seriam “expostos”, “descritos”; depois, podendo ser maior ou menor a necessidade de fazê-lo, dependendo do grau de “exigência” do texto, eles seriam “explicados”, seriam “esclarecidos” os últimos resquícios de possível hermetismo; finalmente, depois de “compreendidos”, “descritos” e “explicados” a intenção do autor, o significado e o estilo do texto, este seria “avaliado”, “julgado”, a partir de seu sucesso ou insucesso em adequar-se ao “verdadeiro” e inquestionável modelo, fosse ele de “natureza” poética, acadêmica, jornalística, etc. O modelo, ao lado do significado, é apresentado como causa, imanência, númeno, e não como efeito, contingência, fenômeno, através de um recurso que convenientemente hierarquiza os termos internos às dicotomias, ou mesmo nega um deles (Rajagopalan, 1990).

Do que foi dito até agora a pretexto de falar sobre a história semântica de *interpretar*, tendo o dicionário como espaço oficial de instituição dos sentidos, inúmeros pontos podem ser levantados, visando o aprofundamento das posturas pós-estruturalistas e sua difusão. Expressões como as que acabo de usar, falar *sobre* um determinado termo ou sua *história*, já podem constituir pontos a serem analisados, o que será aqui feito, de modo, contudo, forçosamente superficial.

Será possível falar *sobre* a linguagem ou a história, tomadas como entidades exteriores a nós, com uma existência e identidade próprias, sobre as quais nos debruçamos, de fora, para então examiná-las? A mesma questão pode ser colocada com referência a objetos do universo tradutório: será possível nos distinguirmos do texto, de seus efeitos, de seu autor, de modo a metaconhecê-los? Somos todos, ao nos relacionarmos, mútua e provisoriamente constitutivos. As fronteiras que nos separam em entidades distintas são impostas e não naturais; são construídas por razões diversas, epistemológicas, por exemplo.

Nesse sentido, eu diria que a metalinguagem é teoricamente impossível: não há como, de dentro dela, misturados a ela, fazermos dela nosso objeto. Mas levar essa tese às últimas conseqüências seria parar de falar, de conhecer, de interagir. Seria não ter o outro. Precisamos dos limites que nos distinguem do outro, por mais tênues e variáveis que eles sejam. Ilusórios, são, porém, necessários; são

mesmo condição do nosso “ser”. Trata-se de uma ilusão que não nos impede, contudo, que dela tomemos consciência. Há uma necessidade recíproca entre o eu e o outro para que ganhem vida, sejam eles sujeito, história, palavra. Um texto não existe (a não ser empiricamente) sem um leitor e vice-versa; é da relação dos dois e de suas histórias, de seus desejos inconscientes, no ato da leitura, que ambos se constituem, como efeito um do outro.

Ao escrever sobre a palavra *interpretar*, eu estava ciente de a estar interpretando (no sentido pós-estruturalista). Eu estava nela, falando dela. Com a física, outrora paradigma de ciência exata (inclusive para a formulação de teorias lingüísticas), aprendemos hoje sobre o engodo da neutralidade, sobre a impossibilidade do conhecimento imediato (Beaugrande, 1989). Resultantes do olhar que lhes lançamos, as coisas não possuem uma existência objetiva e autônoma. E mesmo esse olhar não traduz idiosincrasias, disposições desde sempre “pessoais”. Ainda que façamos interpretações por vezes singulares, estas necessariamente implicam uma estrutura de linguagem. Se não há objetividade em termos absolutos, tampouco há subjetividade absoluta. Não é *minha* a interpretação que faço de *interpretar*. Se tanto, ela é um prolongamento de uma série de idéias, de práticas, de convenções institucionais — teóricas, culturais, ideológicas. Se não há uma palavra, um texto, um significado com existência objetiva, dos quais eu possa falar de modo neutro e objetivo, tampouco o que deles eu digo é puramente subjetivo, pois o que penso ou digo é efeito de uma relação estrutural, ainda que eu queira negar concepções ou práticas que emergiram em outros pontos da estrutura. Assim como, a rigor, não podemos nos descolar das palavras e dos textos, tampouco podemos nos libertar de nossa história ou genealogia. Como escreveu Mey, “the free and independent user of language who is in full control of all possibilities of action (...) is a pure figment of imagination (...) Society defines and circumscribes the individual’s possibilities” (*op. cit.*, pp.292-3). A essa “definição” e “circunscrição” social eu acrescentaria a sobredeterminação da estrutura inconsciente.

Com muita freqüência, os alunos iniciantes de tradução, ao começarem a questionar as posturas tradicionais, vinculadas ao positivismo, a uma visão realista do mundo, passam da crença em uma objetividade total para um subjetivismo radical. Antes situados

no primeiro pólo, escravos do significado-em-si e da intenção do autor, passam a situar-se no segundo extremo, sentindo-se completamente livres. Se antes só o autor podia “criar”, esses tradutores iniciantes passam a querer também fazê-lo, a crer que podem fazê-lo, desfrutando de infinita liberdade. Este é um equívoco perigoso, no qual muitos caem a partir do contato com teorias pós-modernas, sobretudo a desconstrução. Minha interpretação de tais pensamentos, ao contrário, ensinou-me que autor e tradutor realizam atividades de interpretação, mas, de forma alguma, de modo livre e inteiramente subjetivo.

Interpretar, nesse sentido, deve ser diferenciado de *criar* — se esse ato é visto como resultado de pura subjetividade — tanto quanto de *compreender* (ou *interpretar* em sua acepção oficial) — que pressupõe pura objetividade. Autor e tradutor não são apenas e totalmente livres, como não são apenas e totalmente regidos (*restricted*); são livres e regidos. São livres para decidir e escolher, mas as decisões e escolhas que lhes são possíveis fazer já estão previamente determinadas pela sociedade, pela linguagem. Tais restrições são fundantes, constitutivas do sujeito; não foram criadas para restringir uma liberdade que o indivíduo originalmente possuísse (Mey, *op. cit.*, p.293).

Podemos aqui comparar a visão tradicional de tradutor àquela do ator. Procurando pensar como um teórico-intérprete positivista, vejo aqui uma afinidade: o ator, assim como o tradutor, não descreve um objeto, no caso uma peça, uma personagem e suas falas; tampouco descreve a intenção do autor. Em seu trabalho, o ator também não deve explicá-los ou avaliá-los. Dele é esperada, sim, a compreensão ou apreensão do verdadeiro “espírito” e significado do texto; da verdadeira intenção do autor; da verdadeira caracterização das personagens. A ele cabe apenas compreender ou captar, e reproduzir. Talvez por isso, por não lhe ser outorgado, assim como ao tradutor, nenhum tipo de “metalinguagem”, de metassaber ou saber “superior” ao saber ordinário exigido por sua *prática*, sua profissão é também historicamente marginalizada.

O ator deve permanecer neutro em sua “incorporação” da personagem. Os espectadores e principalmente os críticos, interlocutores do ator, não querem em absoluto um falar “exterior” à personagem ou à peça; eles querem o falar *das* personagens, da peça propriamente

dita, tal como criada por seu autor. Aos tradutores, da mesma forma, cabe alcançar a essência do texto e reproduzi-la; o tradutor não está autorizado a romper os limites do texto. Tradutor e ator têm que ser tábula rasa, preenchida tão somente pelo espírito do autor e da personagem. Eles devem falar a fala do autor e jamais a sua própria; e esta é a condição de serem considerados bons profissionais. Em suma, a concepção tradicional do gesto interpretante do ator e do tradutor implica um apagamento completo do “eu” e a exigência de que se comportem tal qual os papagaios. Não lhes é permitido interferir no objeto original, do mesmo modo que não lhes cabe “transcendê-lo”, como supostamente o fazem os prestigiados críticos, literatos e cientistas.

É nesse quadro argumentativo que, guardadas suas especificidades, as atividades do tradutor e do ator, do autor, assim como as do crítico, do cientista e do historiador, são trazidas para um terceiro pólo, o da interpretação (pós-moderna) — nem cópia, nem criação. O seu fazer não se vincula a textos ou contextos a prioristicamente dados, autônomos e excludentes, mas consiste em “suas” interpretações, as quais imprimem um formato àqueles. E esse formato, por sua vez, será sucessivamente reinterpretado pelos outros leitores. Suas interpretações, entretanto, vale insistir, são regidas por princípios e práticas sociais diversos e variáveis, mas implacáveis. Mas a tais princípios e práticas tampouco se deve atribuir uma objetividade, pois que tampouco existem fora das interpretações dos sujeitos-intérpretes (Fish, 1983). Essa cadeia interpretativa inexorável, sobre-determinada pelo desejo inconsciente, é, portanto, causação e efeito de nossa existência, dos lugares que tomamos na estrutura da linguagem, da vida. Não só de tradutores e atores; mas de autores, de cientistas e de críticos literários. Se atribuímos a essas atividades um caráter fundamentalmente interpretativo, regido por ideologias e práticas sociais e históricas, não pode haver entre elas uma diferença qualitativa. Se há objetividade, esta há somente enquanto imaginário, o qual sabemos ser um engodo. Se há singularidade, esta há somente nas representações de nosso desejo inconsciente, o qual, fundante de nossa condição como sujeitos, é, também ele, estrutural, também efeito de linguagem. Assim, não é possível ao autor ser fonte única do que escreve, como não é possível ao tradutor a isenção que em geral lhe é exigida.

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arrojo, Rosemary. *Oficina de tradução - a teoria na prática*. São Paulo, Ática, 1986.

Arrojo, R. *et al.* "O que é interpretação? Perspectivas interdisciplinares". *Estudos lingüísticos - XVIII Anais de Seminários do GEL*. Lorena, 1989.

Beaugrande, Robert de. "Quantum aspects of perceived reality: a new engagement of science and art". *Journal of Literary Semantics*, 1989.

Candido, Antonio *et al.* *A interpretação*. Rio de Janeiro, Imago, 1990.

Fish, Stanley. "The politics of legal interpretation". *The politics of interpretation*, W.J.T. Mitchell (org.). Chicago, The University of Chicago Press, 1983.

Foucault, Michel. "Nietzsche, Freud e Marx". *Nietzsche, Freud e Marx/Theatrum Philosophicum*. Porto, Rés Ltda., s. d.

Grigoletto, Marisa. "A constituição do sentido nas teorias de leitura e a perspectiva desconstrutivista". *Anais do XXXIX Seminário do GEL*. Franca, 1991.

Lemos, C.T.G. de. "Uma abordagem sócio-construtivista da aquisição da linguagem: um percurso e muitas questões". *Anais do I Encontro Nacional de Aquisição de Linguagem*. CEAAL, PUC-RS, 1989.

Mey, Jacob L. "Poet and peasant". *Journal of Pragmatics*, v. 11, n. 3, 1987.

Orlandi, Eni P. *Discurso e leitura*. Campinas, Cortez, 1988.

Rajagopalan, Kanavilil. "Dos dizeres diversos em torno do fazer". *D.E.L.T.A.*, v. 6, n. 2, 1990.